

# **EJA INTERVENTIVA: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO**

Vânia de Sousa Barbosa <sup>1</sup>  
Elize Keller Franco <sup>2</sup>

## **RESUMO**

Em 2010 e 2012, o Centro de Ensino fundamental 01 de Planaltina, no Distrito Federal, implantou dois projetos: Projeto Interventivo de Educação de Jovens e Adultos para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – 1º segmento e Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos Interventivo – 2º Segmento. Ambos, com o propósito de atender à demanda constatada no sistema educacional do Distrito Federal de estudantes deficientes intelectuais e autistas que se encontravam em situação de defasagem idade/série. As características peculiares destes estudantes (Deficiência Intelectual/Autismo e defasagem idade/série) dificultavam sua inclusão nas classes regulares oferecidas. O atendimento a estes alunos deficientes neste estabelecimento de ensino passou a ser referencia no Distrito Federal. Os dois projetos se apresentaram como ações bem-sucedidas no atendimento a alunos com deficiência intelectual e autistas e levou a Secretaria de Educação do Estado do Distrito Federal a apresentar em 2014 as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos - 2014/2017, tendo a EJA Interventiva como uma de suas modalidades. Outras escolas passaram a visitar este estabelecimento de ensino para entender como ocorreu o processo de implantação dos projetos e como funcionava a EJA Interventiva e também começaram a ofertar a mesma modalidade de ensino. No Distrito Federal, hoje, há a oferta da EJA Interventiva em mais 10 estabelecimentos de ensino. Atualmente, a proposta de criação da EJA Interventiva 3º segmento está em construção e tem uma turma autorizada e funcionando. O objetivo deste trabalho é proporcionar uma reflexão sobre a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial (deficiente intelectual e autista) em situação de defasagem idade/série a partir da apresentação do projeto EJA Interventiva. Trata-se de um relato de experiência, constituindo-se de um recorte de uma pesquisa em andamento.

**Palavras-chave: EJA Interventiva; currículo; deficiente intelectual/autismo.**

## **Introdução**

1. Vânia de Sousa Barbosa: Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação, UNASP - EC.
2. Profa. Dra. Elize Keller Franco: Professora e Orientadora do Curso de Mestrado Profissional em Educação, UNASP - EC.

No Brasil, o atendimento a pessoas deficientes teve início com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, hoje Instituto Benjamin Constant – IBC. A partir deste momento, outras instituições foram fundadas para oferecerem o atendimento a pessoas com outras deficiências: o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES; em 1926, o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência intelectual; em 1945, é criado o atendimento educacional especializado a pessoas com superdotação; e em 1954 é fundada a primeira APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (BRASIL, 2008).

Políticas Nacionais voltadas para a educação de deficientes vêm sendo estabelecidas desde então para se garantir o melhor atendimento. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, por exemplo, bem como a Lei nº 5.692/71, que a altera, fundamentou o atendimento educacional aos “excepcionais” preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, mas não promoveu a organização de um sistema capaz de atender às suas necessidades educacionais especiais e acabou reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (BRASIL, 2008). Em 1973 o MEC criou o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial que “impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação” (BRASIL, 2008, p. 7).

A Constituição Federal de 1988 definiu a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho; e estabeleceu ainda a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a oferta do atendimento educacional especializado como dever do Estado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Nesta mesma época, documentos como o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (BRASIL, 2008). Acompanhando este processo de mudanças, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 determinou que os sistemas de ensino matriculassem todos os alunos, organizando-se para o atendimento aos alunos deficientes, assegurando uma educação de qualidade para todos; e, conceitua a educação especial, modalidade da educação escolar, como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços organizados para apoiar, complementar, suplementar e substituir serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação e o desenvolvimento das potencialidades dos educandos deficientes em todas as etapas e modalidades da educação básica. O objetivo é

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado e para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A Declaração de Salamanca (1994) expressa ainda quanto à organização curricular das escolas que fazem atendimento educacional especializado, que o currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos, e não vice-versa. As escolas é que devem prover oportunidades curriculares apropriadas aos estudantes com habilidades e interesses diferentes. E mais, alunos deficientes deveriam receber apoio instrucional adicional e assistência no contexto do currículo regular.

Por fim, em 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e educacional, assegurando, criando, desenvolvendo, implementando, incentivando, acompanhando e avaliando projetos pedagógicos que garantam o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Assim, em consonância com estas políticas de educação que asseguram aos estudantes público-alvo da educação especial o acesso, participação e permanência no sistema público de ensino e garante a adequação das condições primordiais à viabilização dessa inclusão, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresentou ações voltadas a subsidiar o sistema educacional propiciando-lhe suportes necessários à efetivação de inclusão educacional e social de seus estudantes. Quando estes estudantes se encontravam em situação de defasagem idade/série, a proposta era sua inserção na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASÍLIA, 2016).

A Educação de Jovens e Adultos, segundo o Parecer nº 11, de 2000, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), sustenta-se em três funções: reparadora, que se refere à entrada dos jovens e adultos no circuito dos direitos civis pela restauração do direito a uma escola de qualidade e também o reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano quanto ao acesso à educação. A função equalizadora que se relaciona à igualdade de oportunidades que possibilitarão aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho e na vida social. E, a função qualificadora, que é a função permanente com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares.

Ciente das funções da modalidade EJA e compreendendo que para a efetiva aplicação de sua função reparadora, equalizadora e qualificadora aos estudantes público-alvo da educação especial, fez-se necessária a implementação de condições viabilizadoras de adequação/flexibilização curricular. Considerando que, em alguns casos, essas adequações seriam de grande porte, tornou-se imprescindível a implementação da modalidade EJA em classes especiais. A Secretaria de Estado de Educação do DF apresentou então o Projeto Interventivo de Educação de Jovens e Adultos para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – 1º segmento, (EJA Interventiva), sendo incorporado aos projetos do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina (CEF 01 ou Centrinho, como é carinhosamente conhecido), em 2010. Em 2012 é criado e implantado no Centrinho o Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos Interventivo – 2º Segmento. Em 2015, organizou-se o Projeto Interventivo para 3º Segmento Integrado ao Profissionalizante, para receber os alunos egressos do 2º segmento. Ainda está em construção, tendo uma turma em funcionamento no Centro Educacional 01 de Planaltina que abraçou o projeto e acolheu estes estudantes.

Observando este histórico, fica claro que a educação inclusiva é um processo novo na nossa legislação educacional. Ainda não está pronto e acabado. Escolas inclusivas que removem barreiras para a aprendizagem e para a “participação de todos, com todos e por toda a vida”, conforme afirma Carvalho (2012, p. 36 e 37), tem sido objeto de estudos e de pesquisas, gerando debates importantes e necessários sobre a inclusão educacional escolar, buscando compreender processos formativos cuja função seja voltada a acolher e a valorizar a diversidade humana e viabilizar condições de inclusão social de seus estudantes.

## **Metodologia**

Por ser este artigo parte de um estudo de caso que ainda está em andamento, será feita aqui uma apresentação do objeto de estudo, a saber, o que é a EJA Interventiva. Esta apresentação sob a forma de um relato de experiência é uma descrição que está pautada na análise de documentos que apresenta a EJA Interventiva: Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina – DF, Projeto Interventivo de Educação de Jovens e Adultos para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – 1º segmento, Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos Interventivo – 2º Segmento, e as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017. Aqui também são apresentadas informações que são fruto da observação participante, pois o observador pertence ao mesmo grupo que investiga (MARCONI e LAKATOS, 2002). A observação participante pode ser definida como aquela em que o observador e o observado estão do mesmo lado, de molde a vivenciar o que o grupo observado vive e trabalhar dentro do sistema de referência deles (MANN, 1970). Estas foram realizadas pela pesquisadora durante os cinco anos que trabalhou como professora e coordenadora da EJA Interventiva.

### **O Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina-DF**

Com base no Projeto Político Pedagógico (2016) podemos traçar a trajetória do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina-DF (CEF 01 ou Centrinho, como é carinhosamente conhecido). A instituição iniciou suas atividades pedagógicas em 1972. No começo a escola atendia a pré-escola e séries iniciais; contudo, com o aumento da clientela, passou a atender apenas ao Ensino Fundamental II. Hoje é conhecida como uma escola inclusiva e atende não somente aos estudantes deficientes da própria escola como também aos alunos deficientes de outras unidades escolares que não possuem sala de recursos. Sua trajetória como escola inclusiva começou em 1996 com a criação da Sala de Recursos para estudantes com deficiência auditiva, com atendimento em turno contrário. Em 1998 abriu a Sala de Recursos de Deficiência Intelectual oferecendo o atendimento educacional especializado dos estudantes deficientes intelectuais da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina. Em 2003, a Sala de Recursos de Deficiência Visual inicia seu atendimento aos estudantes deficientes visuais de todas as escolas públicas e particulares de Planaltina-DF, tanto zona rural quanto urbana, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Em 2010 é iniciado, então, o atendimento a estudantes deficientes intelectuais e autistas que se encontravam em defasagem idade/série na modalidade EJA Interventiva,

através do Projeto Interventivo de Educação de Jovens e Adultos para Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – 1º segmento, implantado pela Secretaria de Educação do Estado do DF. Como o projeto se apresentou como uma atividade inclusiva bem sucedida, a coordenadora do projeto no Centrinho sentiu a necessidade de criar outro projeto que atendesse aos alunos que estavam concluindo o 1º segmento. A partir de 2012, é implantado o Projeto Piloto de Educação de Jovens e Adultos Interventivo – 2º Segmento (BRASÍLIA, 2016). Os dois projetos se apresentaram como ações bem-sucedidas no atendimento a alunos com deficiência intelectual e autistas e levou a Secretaria de Educação do Estado do Distrito Federal (SEEDF) a apresentar em 2014 as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos - 2014/2017, tendo a EJA Interventiva como uma de suas modalidades.

Em 2015, com a conclusão do Ensino Fundamental pelos alunos da 8ª etapa da EJA Interventiva, os educadores envolvidos no processo de aprendizagem destes estudantes sentiram a necessidade de criarem um projeto para atender o direito à continuidade de estudos dos mesmos e com a preparação para o mundo do trabalho de forma mais sistemática e integrada. Um grupo de professores do Centrinho e do Centrão (estabelecimento de ensino que oferece o Ensino Médio) juntamente com a Gerência Regional de Ensino de Planaltina (GREP) organizou o Projeto Interventivo para 3º Segmento Integrado ao Profissionalizante, que foi autorizado pela SEEDF e tem uma turma em funcionamento no Centro Educacional 01 de Planaltina (CEd 01 ou Centrão). Em 2016, infelizmente, a segunda turma de formandos da EJA Interventiva 2º segmento não teve a autorização para ser atendida em turma de 3º segmento. Estes estudantes estão sem estudar e as famílias estão recorrendo à justiça para terem o direito à continuidade de seus estudos garantida.

### **A EJA Interventiva**

A Educação de Jovens e Adultos Interventiva é uma interface da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Especial que atende exclusivamente a estudantes autistas e/ou deficientes intelectuais, com ou sem associação de outras deficiências (BRASÍLIA, 2014).

Conforme consta nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal 2014-2017 e Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina-DF, na EJA Interventiva são ofertadas turmas de classe especial em unidades escolares regulares que ofertam a EJA. Por ser uma classe inclusiva em uma

unidade escolar de classes regulares, é proporcionado a estes estudantes ambiente propício para o desenvolvimento dos conhecimentos curriculares propostos, o desenvolvimento de comportamentos adaptativos e sua socialização através das atividades que integram toda a escola. São turmas de 1º e 2º segmentos, com no mínimo 8 (oito) e no máximo 15 (quinze) alunos. E quando não há a quantidade de alunos suficientes para a formação da turma, são criadas turmas multietapas.

Para ser matriculado na EJA Interventiva, o estudante precisa apresentar algumas características: ser estudante a partir de 15 anos com deficiência intelectual e/ou autismo, associada ou não com outra deficiência, que não se adaptou em classes comuns ou que não desenvolveu habilidades acadêmicas e sociais em classes comuns; e, deve passar por estudo de caso na Gerência Regional de Ensino para confirmação da necessidade de encaminhamento para a EJA Interventiva, devido a sua não adaptação em classes comuns (BRASÍLIA, 2014).

A Resolução nº01/2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal, em seu Art. 44 dispõe que a estrutura do currículo e da proposta pedagógica, para atender às especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais devem observar a necessidade de constante revisão e adequação da prática pedagógica nos seguintes aspectos: introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante; modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; temporalidade com a flexibilização do tempo para realizar as atividades e desenvolvimento de conteúdos; avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional, respeitada a frequência obrigatória.

O currículo seguido é o da Educação de Jovens e Adultos, adequado e adaptado com metodologias e técnicas específicas para atender às necessidades de cada estudante. (BRASÍLIA, 2014). A EJA é organizada por semestres, ou seja, o estudante tem um semestre para cumprir o estabelecido dentro do currículo para cada etapa. Para a EJA Interventiva, o estudante tem até dois semestres para encerrar cada etapa. Este prazo pode ainda ser estendido ao ser observado o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, respeitando a necessidade de flexibilização curricular na temporalidade voltada a respeitar o ritmo e o desempenho individual desse estudante.

No âmbito da função equalizadora da EJA Interventiva, está inserida a ação da orientação profissional por meio de atendimento complementar do professor de Orientação para o Trabalho, “a fim de propiciar a inclusão desse estudante no mundo do trabalho e a sua efetiva participação na sociedade” (BRASÍLIA, 2014, p. 46). Para atingir este objetivo são realizadas parcerias com outras instituições. Este ano de 2017, por exemplo, a parceria foi feita com o PRONATEC.

A avaliação dos estudantes da EJA Interventiva ocorre de forma processual com base nas Diretrizes de Avaliação previstas para a EJA. A promoção dos estudantes é garantida de acordo com seu desenvolvimento. O professor regente utilizará os instrumentos e registros de avaliações previstos para a EJA, fazendo as adaptações necessárias de acordo com as adequações curriculares propostas para cada estudante. Ao final do semestre é elaborado um relatório pedagógico individual que expresse detalhadamente o desempenho global do estudante. Conforme seu desempenho e desenvolvimento, o estudante poderá permanecer na mesma etapa por mais um semestre, avançar para a etapa seguinte ou ser encaminhado para uma classe regular inclusiva.

## **Conclusões**

Pacheco (2012) declara que para se concretizar a inclusão é necessária a alteração da organização de muitas escolas. É preciso interrogar práticas educativas dominantes e hegemônicas para que a inclusão seja mais do que uma tese. É preciso “reconfigurar” as escolas. Quando se fala em inclusão, não se trata de encaixar um deficiente numa turma. “Ao tratar os desiguais como se fossem iguais, em pé de igualdade, como geralmente acontece, não apenas mantemos a desigualdade, como a aumentamos” (p. 24). E acrescenta:

A “diferença” é normal, não é deficiente. A sociedade é formada por identidades plurais, particularidades, especificidades. Anormal é pautar o trabalho escolar pela igualdade. Deficientes são as práticas escolares que assentam no pressuposto de que somos todos iguais, que homogeneizam o que é diverso, mascarando ou negando as diferenças. A forma como muitas escolas se organizam não permite, efetivamente, dar resposta aos diferentes. ... A inclusão é escolar e social (PACHECO, 2012, p. 26).

Quando Pacheco (2012) afirma que o que está em pauta é a necessidade das escolas se reconfigurarem para atenderem à diversidade, visualiza-se o Centrinho e o Centrão.

As escolas fizeram esta reconfiguração para receber os alunos da EJA Interventiva, tornando o projeto uma alternativa inclusiva bem-sucedida. Porém, cabe ressaltar aqui que o sucesso se deve ao envolvimento de toda a comunidade escolar nesta construção: os profissionais da Secretaria de Educação do Estado do DF que construíram o projeto; os professores que colocaram em prática a proposta, inclusive aperfeiçoando-a; os profissionais da escola que garantem a continuidade deste processo de inclusão além das paredes das salas de aula; os pais que entenderam a importância do projeto na vida de seus filhos e participam com a escola na luta pela construção constante e melhorada desse processo; e os estudantes que fazem tudo isso acontecer, sendo seres humanos únicos e irrepetíveis. Carvalho (2012) destaca o valor destas relações dialógicas e da cooperação mútua dos que compõem a comunidade escolar na construção da escola inclusiva, revendo paradigmas psicológicos, didáticos, socioculturais e administrativos, assegurando aos estudantes deficientes as melhores condições de desenvolvimento e aprendizagem.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº 11 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB)**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASÍLIA. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 01 de Planaltina**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 01/2009 do Conselho de Educação do Distrito Federal**. Brasília, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. In: GOMES, Márcio (org.) et al. **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOMES, Márcio (org.) et al. **Construindo as Trilhas para a Inclusão**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PACHECO, José. Berços da desigualdade. In: GOMES, Márcio (org.) et al. **Construindo as Trilhas para a Inclusão.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.